

CIP endurece posição na reforma laboral

Líder da CIP entregou proposta de 45 páginas que torna ainda mais difícil acordo com a UGT

A CIP entregou esta quinta-feira, na reunião técnica de negociação da lei laboral, uma nova proposta que acentuou ainda mais as divergências face à UGT — tornando improvável que surja alguma espécie de consenso na reunião formal de concertação social marcada para o próximo dia 3 de março pela ministra do Trabalho.

De acordo com o texto a que o Expresso teve acesso, a CIP vai para lá do anteprojeto que tinha entregue em novembro, pouco depois do anúncio da greve geral que juntou as duas centrais sindicais contra a proposta do Governo. Agora, por exemplo, a confederação patronal propõe a redução da rigidez dos contratos permanentes, substituindo a reintegração obrigatória por uma indemnização como regra (e fixando a reintegração apenas em casos de violação de direitos fundamentais), indo até mais longe do que o Governo, que apenas admitia a possibilidade de o empregador poder opor-se à reintegração.

No que respeita ao horário flexível, na proposta da CIP o trabalhador passaria a não poder mudar o regime de folgas, alterar a organização por turnos, nem evitar trabalho em feriados. Mais ainda, a CIP quer limitar mais a ação dos sindicatos, levando para a mesa de negociações uma proposta de limitação da intervenção sindical em alterações de horário — de forma a que só possam intervir se estivessem em causa trabalhadores filiados.

Esta semana, o número dois do PSD disse preferir uma “reforma progressiva” a um finca-pé na AR, como sugeriu Passos Coelho

Em termos gerais, as novas propostas da CIP reforçam quase todos os pontos do projeto do Governo que têm levado a críticas por parte da UGT e da CGTP, assim como da oposição parlamentar: quer uma reforma mais profunda dos contratos sem termo, uma limitação concreta do direito ao horário flexível, a caducidade automática de convenções coletivas após 15 anos e um mecanismo de proteção contra múltiplas convenções coletivas no mesmo sector.

O finca-pé dos patrões segue-se a duas semanas de tentativas do Executivo de retomar as negociações, mas também depois de a UGT ter apresentado uma contraproposta ao Governo que praticamente ignorava as pequenas cedências que a ministra Maria da Palma Ramalho tinha feito após a greve geral. O esforço do Governo veio na sequência da eleição de António José Seguro, altura em que Luís Montenegro prometeu “adaptar” a proposta de reforma às exigências do próximo Presidente — que deixou claro que não promulgaria sem acordo com a UGT.